Revista do I Seminário do Fisco Paranaense
Maio de 2011

I SEMINÁRIO DO FISCO PARANAENSE

Os desafios da gestão pública para o desenvolvimento paranaense

27 a 29 de abril de 2011

Curitiba-PR

Expediente

Revista do I Seminário do Fisco Paranaense
Publicação do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná
Rua Alferes Ângelo Sampaio, 1793 - CEP 80420-160
Curitiba-PR - (41) 3221-5300
www.sindafep.com.br - jornalista@sindafep.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Agenor Carvalho Dias
Vice - Presidente Sindical: João Marcos de Souza
Vice - Presidente de Administração: Osmar de Araújo Gomes
Vice - Presidente de Finanças: Pedro Sanches
Vice - Presidente de Aposentados e Pensionistas: Olávio Pires Pereira

SUPLENTES
Ciro Fernandes Cvilikas
Nilton José Rodrigues de Oliveira
Pedro Luiz de Paula Neto
Claudinê de Oliveira

CONSELHO FISCAL
Fernando Rogério Lenzi
Gilberto Favato
José Aparecido Valêncio
Luiz Fernandes de Moraes Junior
Murilo Ferreira Wallbach

SUPLENTES
Carlos Mitsuaki Nomura
Ghefferson Tavares
Luiz Ciruelos Sobrinho

CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS
Reginaldo de França; Lídio Franco Sanways; José Carlos Carvalho; Joaquim Antonio da Silva Maia; Georges Jean Bruel Filho; Carlos Emil Kahali; Manoel Marques Neto; Wilson Rogério Krepsz; Jacir Ailton da Silveira; Maria Teresa Dal Bianco Negrisoli; Benedito Maciel de Góes; Ítalo Roberto Zuan Benedetti; Douglas Roberto Ferreira; José Carlos Endlich; Jorge Bernardinelli; Erson Lopes da Silva; Rubim José Dapper; Fred Muniz.

SUPLENTES
Sérgio Evaristo Machado; Alexandre Seixas; Djalma Rodrigues Reys; Lauro Luiz de Vasconcelos Costa; Wagner de Faria Lima; Jorge Gomes Filho; Ricardo de Freitas; Osvaldo Chocorosqui; Ângelo César Correia Pinheiro; Ignês Bruchez; Osni Vito; Plínio Luiz Faedo.

STUDIO ART COMUNICAÇÃO SINDICAL INTEGRADA
| www.studioartcomunicacao.com.br | 41 3026-0630
EQUIPE DE JORNALISMO: Larissa Amorim, Guilherme Mikami, Thaise Mendonça, Dalane Santos.
PROJETO GRÁFICO: Guilherme Mikami
DIAGRAMAÇÃO: Larissa Amorim e Linecker Oliveira

Apresentação

Esta revista tem como objetivo fazer o registro histórico das palestras e temas desenvolvidos durante o I Seminário do Fisco Paranaense, realizado na cidade de Curitiba, no período de 27 a 29 de abril de 2011.

A realização deste I Seminário do Fisco Paranaense foi um desafio que só poderia ser vencido com o trabalho de muitas mãos.

Neste processo, foi fundamental a participação do Diretor da Coordenação da Receita do Estado (CRE), o Auditor Fiscal Gilberto Della Colletta, desde o início das conversações um entusiasta da idéia do seminário, que possibilitou esse trabalho em parceria.

O agradecimento ao Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, que desde o primeiro momento compreendeu a importância do seminário e incentivou a sua realização.

Destacamos ainda o papel da colega Nilce Costa de Oliveira Fuentes, coordenadora da Escola de Administração Tributária (ESAT) que, juntamente com a sua equipe, transformou a parceria na realização do evento em prioridade de trabalho, colaborando com a toda a sua experiência para a obtenção dos excelentes resultados atingidos.

Também é necessário ressaltar os papéis de todos os palestrantes, pela qualidade dos temas apresentados e pela disponibilização do tempo de cada qual para, com a sua participação, abrilhantar o evento.

Quando nos propusemos à realização do seminário sabíamos da necessidade de termos um evento que ficasse à altura de nossas instituições e que efetivamente trouxesse à discussão temas relacionados, não somente às nossas atividades mas que também refletissem as necessidades de se pensar os nossos desafios frente a esta década e governo que se iniciam.

As palestras, a partir da qualidade dos palestrantes e dos temas propostos, se mostraram efetivamente em sintonia com os propósitos do seminário e puderam nos deixar ver e refletir sobre a existência de caminhos possíveis e necessários a serem seguidos, para que consigamos vencer os desafios que se nos apresentam.

O seminário teve também o intuito de trazer à Classe Fiscal a possibilidade de, a partir de suas reflexões, posicionar-se perante a sociedade como partícipes desse novo cenário, onde a nossa contribuição deve ser contínua e no cotidiano de nossas atividades deve estar refletida a busca dos recursos necessários ao Estado para o atendimento das demandas da sociedade.

A nossa ação foi no sentido de contribuir no incansável processo de construção da cidadania, vislumbrando aquele a quem o Estado deve ter sempre como seu norte: o cidadão paranaense.

É esse, causa e objetivo das políticas públicas do Estado, que devemos ter sempre em mente ao definirmos as ações e atitudes do funcionalismo do qual somos parte.

Com esse Seminário esperamos ter contribuído nessa caminhada e com a promessa de que, sendo o primeiro, não será o último, pois a significativa receptividade do evento, tanto pela Classe Fiscal quanto por todos os demais que dele participaram, nos permite ousar na realização de outros seminários do mesmo porte.

Agenor Carvalho Dias
Presidente do SINDAFEP

I Seminário do Fisco Paran

reúne cerca de 300 auditores para debater os desafios da gestão púb

Entre os dias 27 a 30 de abril, o SINDAFEP realizou, em parceria com a Escola de Administração Tributária (ESAT), o I Seminário do Fisco Paranaense. A atividade reuniu cerca de 300 auditores fiscais, na sede da Associação Médica do Paraná, em Curitiba, para discutir o tema "Desafios da gestão pública para o desenvolvimento paranaense".

Os auditores fiscais do interior do estado puderam acompanhar o Seminário presencialmente ou por meio da web conferência que foi transmitida simultaneamente pela Companhia de Informática do Paraná (Celepar) para todas as Delegacias Regionais da Receita Estadual.

A cerimônia de abertura do evento foi realizada no dia 27, com a presença do presidente do SINDAFEP Agenor Carvalho Dias, do Secretário de Estado da Fazenda do Paraná Luiz Carlos Hauly, do diretor da

Coordenação da Receita Estadual (CRE) Gilberto Della Coletta e do presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) Manoel Isidro dos Santos Neto.

Em seu discurso de abertura, o presidente do SINDAFEP ressaltou a importância do momento histórico e político em que se realiza o I Seminário do Fisco Paranaense. "Os gregos antigos tinham duas maneiras de mensurar o tempo. Uma delas seria o chronos que mede o tempo sequencialmente e que pode ser medido em dias, meses e horas. E a outra forma seria o kairós que é a medida do tempo pela oportunidade ou pelo momento certo de algo ser feito. A nossa expectativa com esse seminário é que estejamos atendendo tanto a forma

naense

olica

chronos por se tratar do início de uma nova década, mas principalmente a forma kairós por se tratar do início de um novo governo", ressalta.

Agenor Carvalho Dias também destacou a necessidade de se adotar um modelo de gestão que resulte em políticas de estado perenes e comprometidas com o bem-estar das futuras gerações.

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO

Ao longo dos três dias de evento, a categoria fiscal pode acompanhar sete palestras sobre temas relacionados à política tributária do Paraná e à administração pública.

A primeira palestra, intitulada "A gestão e a qualidade do gasto público", abordou a forma como o dinheiro, fruto da arrecadação dos tributos, é gasto, trazendo dados sobre a eficiência do diversos estados da federação em dar retorno à população por meio de serviços ou da melhoria dos indicadores sociais.

O secretário Luiz Carlos Hauly foi o palestrante da mesa "Perfil econômico e tributário do estado – panorama das políticas tributárias e influência na competitividade nacional e internacional do Estado". O secretário criticou o perfil da tributação brasileira por concentrar a cobrança de impostos sobre o consumo e defendeu a adoção de medidas que simplifiquem esse sistema, como o imposto seletivo e a tributação zero de alimentos e remédios.

A discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233/2008 que estabelece a reforma tributária foi o tema da terceira palestra do even-

to, apresentada pelo diretor de Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da FENAFISCO, Rogério Macanhão. O diretor apresentou as críticas da Federação à PEC e defendeu que uma reforma tributária deve prezar por descentralizar a arrecadação e diminuir a alíquota de desconto dos produtos de consumo popular.

O ex-secretário de Estado do Planejamento e da Educação do Paraná, professor Belmiro Valverde Jobim Castor, foi o conferencista da mesa "As políticas públicas e a competitividade do estado". Castor apresentou o histórico das políticas de incentivo utilizadas para alavancar o desenvolvimento Paraná desde os anos 1960 e defendeu que, hoje, a chave para o desenvolvimento das nações é o investimento na educação e na formação de quadros gerenciais.

O secretário de Estado da Administração e da Previdência do Paraná, Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, falou sobre o modelo de modernização e profissionalização da administração pública adotado no governo Beto Richa com os contratos de gestão. Por meio desse documento, assinado pelo governador e pelos secretários de estado, a gestão se compromete a alcançar metas previamente estabelecidas de acordo com o plano de governo.

A palestra "Responsabilidade administrativa do agente público" foi apresentada pelo doutor em direito administrativo Romeu Felipe Bacellar Filho. Bacellar, que também é professor titular da UFPR e da PUC-PR, falou sobre os princípios constitucionais que devem orientar os processos e sindicâncias movidos dentro

da administração pública.

O encerramento do I Seminário do Fisco Paranaense ficou por conta do Procurador Geral do Estado do Paraná, Ivan Lelis Bonilha, que falou sobre os preceitos constitucionais que regem o trabalho da advocacia pública e sobre as expectativas de atuação da Procuradoria Geral do Estado.

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO

Na avaliação dos organizadores do I Seminário do Fisco Paranaense, a atividade foi bem sucedida e conseguiu cumprir seus objetivos tanto pela participação expressiva da categoria no evento, quanto pela qualidade das palestras realizadas.

O presidente do Sindafep lembra que a realização do seminário buscava despertar a categoria fiscal e a sociedade sobre a importância do trabalho dos servidores da Receita Estadual para o funcionamento da administração pública e sobre o papel que a categoria desempenha para o fortalecimento da capacidade do Estado de financiar políticas públicas que tragam retornos para a população.

"Esperamos que esse seminário tenha impactos positivos tanto para a valorização e autoestima do fisco paranaense, quanto para que a classe e a sociedade compreendam que a nossa responsabilidade é muito grande e que a população depende da nossa capacidade de gerenciar bem a arrecadação, fiscalização e tributação, para que ela possa ter os recursos necessários ao atendimento de suas necessidades", defende.

Para o secretário Luiz Carlos Hauly, os conteúdos debatidos ao longo do evento devem ser socializados e acumulados, com o objetivo de qualificar a atuação do fisco paranaense no próximo período. "O seminário foi realizado no momento em que estão sendo produzidas as mais importantes mudanças do fisco paranaense e permitiu sintonizar todo o quadro de agentes fiscais do estado e a Secretaria da Fazenda com o mesmo objetivo de humanizar a participação, o envolvimento no trabalho, a dignidade. Acho que o seminário é um sucesso absoluto".

Na avaliação do presidente da Fenafisco, o seminário realizado em Curitiba acompanha uma tendência do movimento sindical do fisco em submeter suas reivindicações corporativas àquelas dirigidas para o crescimento do estado e, consequentemente, para o bem da sociedade.

O SEMINÁRIO FOI REALIZADO NO MOMENTO EM QUE ESTÃO SENDO PRODUZIDAS AS MAIS IMPORTANTES MUDANÇAS DO FISCO PARANAENSE.

Abertura do

I Seminário do Fisco Paranaense debate eficiência do gasto público

A palestra de abertura do I Seminário do Fisco Paranaense, realizada no dia 27 de abril, abordou a relação entre o gasto dos recursos públicos e a capacidade desses investimentos trazerem retorno à população por meio da oferta de serviços ou da melhoria dos indicadores sociais.

O coordenador da assessoria técnica do gabinete da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Rio Grande do Sul, Júlio Francisco Gregory Brunet, foi o palestrante dessa atividade. Brunet apresentou os resultados de sua pesquisa sobre os índices de eficiência e eficácia dos gastos públicos nas áreas de educação, saúde, segurança pública, poder legislativo e judiciário, comparando-se os diferentes estados da Federação.

A conclusão do pesquisador é de que para algumas áreas não existe uma relação direta entre o aumento do gasto público e a ampliação da oferta de serviços públicos ou melhoria de algum indicador social. "Para algumas áreas, quanto mais se gastou, menos eficiente o estado foi ficando. A conclusão dessa pesquisa é que as unidades da federação com menor orçamento per capita conseguem apresentar um desempenho melhor na qualidade do gasto público. Nessas áreas, o grau de eficiência e eficácia, muitas vezes, é inversamente proporcional ao contingente de despesa", aponta.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para medir a eficiência – compreendida como a relação entre a oferta de serviços e o gasto público – Brunet relaciona os recursos per capita in-

vestidos em determinada área e o número de bens e serviços gerados a partir desse investimento. Como exemplo, na educação quantifica o número de escolas construídas, de professores contratados e o número de estudantes matriculados, entre outros serviços, por habitante.

Já para calcular a eficácia – relação entre o resultado dos serviços públicos e os recursos utilizados – o pesquisador analisa os impactos do investimento público em determinada área para o bem estar da população, ou seja, a qualidade do gasto.

Segundo o palestrante, diferentemente de uma empresa privada que pode medir o sucesso de sua administração pelo lucro, a gestão pública deve utilizar como indicadores de sua eficiência a melhoria da qualidade de vida e o bem estar gerado à população.

"No setor privado é bastante fácil ver se eu estou funcionando ou não. Se eu tenho lucro, eu sou eficiente. O lucro do Estado é o tal do bem estar. E com relação a esse bem estar ainda tem uma dificuldade: se um governante não oferece esse retorno a população, o máximo que pode acontecer é ele não se reeleger. Os mecanismos de punição do governante que não oferece o melhor bem estar à população ainda não é muito grande".

OS MECANISMOS DE PUNIÇÃO DO GOVERNANTE QUE NÃO OFERECE O MELHOR BEM ESTAR À POPULAÇÃO AINDA NÃO É MUITO GRANDE.

Secretário da Fazenda

palestra sobre política tributária

A segunda palestra do I Seminário do Fisco Paranaense foi apresentada pelo secretário de Estado da Fazenda do Paraná, deputado federal Luiz Carlos Hauly. Durante a palestra intitulada "Perfil econômico e tributário do estado – panorama das políticas tributárias e influência na competitividade nacional e internacional do Estado", o secretário criticou o perfil do sistema tributário brasileiro e apresentou propostas de mudanças que resultariam em uma simplificação desse sistema.

Hauly, que também foi secretário da Fazenda do Paraná entre os anos 1987 e 1990, explicou que nos países desenvolvidos o perfil da arrecadação se concentra na tributação sobre a propriedade e a renda. Já no Brasil, a maior parte dos impostos atinge diretamente o consumo, o que acaba por tornar a carga tributária mais pesada para a população menos favorecida. "Desde o final da 2° guerra mundial até hoje a arrecadação do Brasil só cresceu e quanto mais ela cresceu, mais injusta se tornou. O Brasil tem um dos sistemas tributários mais perversos do mundo", ressalta.

O secretário destacou que segundo dados do IPEA, quem recebe mais de 30 salários mínimos arca com uma carga tributária de 29%. Já para a população que recebe até dois salários mínimos no Brasil, o valor destinado ao pagamento dos tributos corresponde a 53,9%. "Isso significa que a cada mil reais em salário de uma família de trabalhador, R$ 539,00 fica nas mãos do fisco. A pobreza, miséria, violência estão ligadas a isso aqui".

Como forma de resolver

essas disparidades, Hauly defende a adoção de medidas que resultem na simplificação do sistema tributário. Entre as propostas apresentadas está a tributação zero de alimentos e remédios, aumento da alíquota do imposto de renda, criação de um imposto seletivo sobre o consumo, isenção das exportações e bens de ativo fixo das empresas e o fim da guerra fiscal entre os estados.

GUERRA FISCAL

Em sua palestra, Hauly também criticou a guerra fiscal entre os estados. Segundo o secretário, a existência de uma tributação interestadual faz com que todos os estados brasileiros percam com essa competição, inclusive porque as empresas atraídas pelos benefícios fiscais costumam mudar de estado quando o período de facilidades é encerrado.

Como solução, Hauly defendeu a diminuição da alíquota interestadual e adoção do conceito de tributação no destino.

"Se essa é uma federação, nós deveríamos ter a tributação no destino porque o conceito de tributação no destino é um conceito mundial. Eu não cobro imposto dos produtos que eu exporto para qualquer país do mundo. E os países do mundo exportam para o Brasil sem impostos. Cada povo tem que viver com o seu imposto, com a riqueza que gera e consome".

E OS PAÍSES DO MUNDO EXPORTAM PARA O BRASIL SEM IMPOSTOS. CADA POVO TEM QUE VIVER COM O SEU IMPOSTO, COM A RIQUEZA QUE GERA E CONSOME.

Auditores fiscais
debatem reforma tributária

O Diretor de Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da FENAFISCO, Rogério Macanhão, foi o terceiro palestrante do I Seminário do Fisco Paranaense. Macanhão falou sobre o projeto de reforma tributária que está em tramitação no Congresso Nacional e sobre os princípios que devem nortear a administração tributária.

"A proposta do governo já foi aprovada em todas as comissões. A PEC 233, de 2008, que agora tramita com o número PEC 31-A, já está pronta para o plenário e a qualquer momento pode ser votada".

A PEC 233, DE 2008, QUE AGORA TRAMITA COM O NÚMERO PEC 31-A, JÁ ESTÁ PRONTA PARA O PLENÁRIO E A QUALQUER MOMENTO PODE SER VOTADA.

A PEC prevê, entre outros pontos, a substituição da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS) por um novo tributo: o Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA-F).

Pelo conteúdo da PEC, o IVA-F será um imposto sobre o consumo, arrecadado pelo governo federal, que incidirá sobre todas as operações e prestações de serviço. Segundo Macanhão, a criação desse novo imposto terá como consequencia a centralização da arrecadação, o que é uma afronta ao princípio do sistema federativo do Estado brasileiro.

"Nós temos que tratar a questão do pacto federativo fazendo antes algumas recapitulações. O artigo 60, parágrafo 4º, item 1 da nossa Constituição proíbe qualquer emenda que tenda a acabar com o sis-

tema federativo no Brasil. Se a nossa Constituição coloca isso como uma clausula pétrea, uma cláusula que não pode ser alterada, nós temos que valorizar o pacto federativo como um princípio que deve ser levado a sério pelos nossos legisladores", avalia.

Conforme Macanhão, a posição da Fenafisco em relação à reforma tributária é de que o seu conteúdo deve promover a descentralização da arrecadação, mantendo a tributação sobre o consumo sob o controle dos estados, e diminuir a alíquota sobre os produtos de consumo popular.

"A constituição de 1988 representou um fortalecimento dos estados federados. Naquele momento, dividimos as competências e atribuições entre os estados, municípios e a União. O nosso ICMS, que até então era ICM, passou a incidir também sobre minerais, energia elétrica, transportes. Essa ação engrossou a base de arrecada-

ção e trouxe o fortalecimento dos estados. A política naquele momento era de que a tributação sobre o consumo seria de competência dos estados".

PARTICIPAÇÃO DO FISCO

Macanhão também defendeu a importância de que a categoria fiscal esteja informada sobre as propostas de reforma tributária para que o projeto aprovado traga mais transparência, torne o sistema tributário compreensível para a população e confira mais segurança para quem atua com arrecadação, tributação e fiscalização.

"Nós, como agentes que trabalhamos o tributo, temos que estar à frente desse processo para proporcionar essas mudanças, apresentarmos alternativas e sugestões que deixem nosso sistema mais simplificado", defende.

Belmiro Valverde apresenta palestra sobre políticas públicas e competitividade

Na tarde do dia 28 de abril, os auditores fiscais que participaram do I Encontro do Fisco Paranaense puderam acompanhar a palestra "As políticas públicas e a competitividade do estado", apresentada pelo professor Belmiro Valverde.

O professor, que é referencia internacional na área de administração pública e já atuou como secretário do Planejamento, entre 1974 e 1979, e como secretário da Educação, entre 1987 e 1988, ambos em nosso estado, iniciou sua fala defendendo a importância de se rediscutir o papel do Estado brasileiro e de se resgatar as vocações especificas do Paraná.

"Vamos fazer neste seminário algo que me parece ser um artigo de primeiríssima qualidade e que faz falta no país, que é rediscutir o papel do estado das políticas públicas", destacou. Segundo Valverde, o estado brasileiro passou por um processo de degradação ao longo dos últimos anos e deixou de ter um papel central como agente do desenvolvimento econômico do país.

RESGATE HISTÓRICO

Ao longo da palestra, Valverde apresentou a trajetória do desenvolvimento econômico do estado do Paraná, destacando o papel desempenhado pela administração pública em cada ciclo econômico.

Segundo o professor, o primeiro ciclo de desenvolvimento se deu com a expansão das lavouras de café, momento em que o estado desempenhava um papel passivo no incentivo ao desenvolvimen-

to do estado.

A partir dos anos 1960, com o declínio do café, o Paraná vivenciou a expansão das lavouras "brancas", composta por gêneros como milho, trigo e soja. A substituição do café deu impulso ao desenvolvimento da agroindústria e observou-se, nesse período, o surgimento das primeiras políticas públicas voltadas para o incentivo ao desenvolvimento do estado.

O terceiro ciclo econômico, caracterizado pela implantação de empresas manufatureiras modernas no Paraná, veio acompanhado de uma intensificação das políticas de incentivo ao desenvolvimento. Segundo Valverde, essas políticas podem ser divididas em três vertentes: incentivos fiscais compensatórios, financiamentos e linhas de crédito para as empresas e adoção de medidas protecionistas visando eliminar a concorrência externa.

MOMENTO ATUAL

Para o professor Belmiro Valverde, o Paraná vive hoje um momento em que é necessário repensar os instrumentos adequados para promover a competitividade do estado e incentivar seu desenvolvimento, já que as políticas públicas utilizadas durante a década de 1990 já estão desgastadas.

"As políticas fiscais se esgotaram porque a competição entre os estados e municípios pelos investimentos industriais era colossal. Os resultados práticos dessas medidas, quando se fazia uma conta real dos benefícios, eram muitos modestos. A políticas financeiras se esgotaram também porque nos anos 90 os bancos de desenvolvimento praticamente quebraram e os estímulos financeiros desapareceram", pontua.

Entre as ações apontadas como estratégicas para o desenvolvimento do Paraná estão: a recuperação do poder de investimento estatal na área de infraestrutura; a adoção de uma política agressiva que garanta educação de qualidade; o desenvolvimento de parcerias entre o setor público e o setor privado para ampliar o valor agregado da economia regional; e o incentivo ao desenvolvimento da inteligência empresarial.

"Temos que meter na cabeça de uma vez por todas que o divisor do desenvolvimento é o capital humano. Nós temos no Brasil uma visão extremamente rústica do processo educacional. Um americano fica 13 anos na escola, um brasileiro fica 5 anos e meio. Mas o americano fica 13 anos em uma escola e uma boa parte da sua vida escolar ele fica em uma escola de 8h por dia. O nosso fica cinco anos e meio em uma escola de 4h por dia. Então ele fica ¼ do tempo do que fica o americano, o oriental ou o alemão", defende o professor.

Sebastiani
debate mecanismo de gestão administrativa

O secretário de Estado da Administração e Previdência do Paraná, Luiz Eduardo Sebastiani, participou da quinta palestra do I Seminário do Fisco Paranaense. Sebastiani falou com os auditores fiscais da Receita Estadual sobre o modelo gestão adotado pelo novo governo, destacando a relação com os servidores públicos e os instrumentos de planejamento utilizados, como o contrato de gestão.

Durante a palestra, realizada na manhã do dia 29 de abril, o secretário defendeu que a administração pública e os servidores que a integram devem estar comprometidos com o desenvolvimento do país e com o atendimento das questões sociais que garantam o bem estar da população.

"Nós temos um enorme desafio de construir uma civilização desenvolvida, uma civilização que possa orgulhar os brasileiros por ser justa, equilibrada do ponto de vista social e desenvolvida perante as outras das nações do mundo. Um país em construção e que se mostra ainda desigual não tem possibilidade de crescer, de construir civilização, se não for pela presença do estado", avalia.

Sebastiani também pontuou que os auditores fiscais devem ser reconhecidos como um setor fundamental dentro do funcionalismo público por serem os responsáveis por garantir os recursos necessários ao funcionamento do estado.

"A responsabilidade que os servidores públicos têm no Paraná é muito grande, muito significativa, e mais significativo é o papel que os auditores fiscais desempenham no sentido de buscar o financiamento da estrutura pública, possibilitando

que o Estado tenha capacidade de realizar, com absoluta eficiência, a gestão financeira e administrativa desses recursos que são fruto da contribuição de todos os cidadãos e, em especial, dos assalariados".

Para o secretário, a adoção de mecanismos que promovam o profissionalismo e o aumento da eficiência do gasto público é uma forma de aumentar a capacidade do Estado de fornecer resultados para a população, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Paraná.

"Falei muito da área social, mas temos também uma urgência, uma necessidade básica de constituir a estrutura para o nosso crescimento, para o nosso desenvolvimento, o que irá aumentar mais essa 'correia de transmissão' do ponto de vista da arrecadação, do desenvolvimento da nossa economia, que é a infraestrutura econômica do nosso estado".

"Sabemos das lacunas que temos, muito graves. Se não graves no conceito dos estados brasileiros, são muito graves quando sabemos que produção local é uma produção com caráter de comercialização mundial e ai nós estamos muito afastados dos níveis de eficiência e infraestrutura que observamos na Europa e na Ásia".

CONTRATO DE GESTÃO

O secretário também explicou como deve funcionar a adoção dos "contratos de gestão" pelo novo governo do estado. Segundo Sebastiani, já foi redigido um documento que será assinado pelo governador e por seus secretários no qual são estabelecidos compromissos, metas e diretrizes para a definição de um contrato de gestão. Nesse documento, constará, entre outros, o compromisso dos secretários de reduzir despesas de custeio em 15% em 2011, sem afetar, entretanto, o funcionamento de programas sociais e o atendimento a população.

Conforme Sebastiani, os documentos serão assinados apenas pelos secretários de estado, mas seu conteúdo deve influenciar toda a administração pública do Paraná, já que esses dirigentes serão instruídos a estabeleceram planejamentos em todas as unidades, definindo metas e objetivos de atuação.

Auditores fiscais debatem a responsabilidade administrativa do agente público

Direito administrativo, funcionamento das comissões de sindicância e a responsabilidade dos servidores públicos foram alguns dos temas discutidos durante a palestra apresentada pelo advogado e professor universitário Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho no I Seminário do Fisco Paranaense.

Bacellar iniciou sua palestra elogiando a organização do seminário e a escolha dos temas discutidos no evento pela relevante reflexão sobre o papel do estado e sobre os desafios da administração pública. "Penso a administração pública como um aparelhamento criado pelo estado para dar concepção aos seus objetivos, como uma máquina, uma orquestra afinada com músicos que sejam profissionais, que tenham por objetivo presente responder às aspirações do povo, dos cidadãos que, em última análise, pagam as despesas dessa máquina. Os temas escolhidos para esse evento foram muito bem selecionados", avaliou.

A NOSSA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ENCONTRA-SE DEFASADA NÃO SÓ EM SUA ESTRUTURA, MAS TAMBÉM EM TODO APARELHAMENTO LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ QUE ESTÁ RANÇOSO, CADUCO.

Durante a palestra intitulada "Responsabilidade administrativa do agente público", o advogado abordou a precariedade dos instrumentos jurídicos existentes no estado do Paraná no que se refere ao direito administrativo e de que forma essa situação prejudica o próprio funcionamento da administração pública e sua relação com os servidores do estado.

"A nossa administração pública encontra-se defasada não

só em sua estrutura, mas também em todo o aparelhamento legislativo do estado do Paraná que está rançoso, caduco. Nós não temos uma lei de processo administrativo no estado, o que é uma absoluta vergonha. O Paraná é o único estado da federação que não tem uma lei de processo administrativo", criticou.

Segundo Bacellar, a legislação estadual possui vários artigos inadequados ou cujo conteúdo pode ser considerado inconstitucional. O Estatuto do Servidor, documento que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná, é de 1970 e por isso não abrange as mudanças instituídas com a nova Constituição Federal.

"A grande conquista nacional que foi a constituição de 1988, uma constituição principiológica, ancorada sobre uma base antropológica comum que é o princípio da dignidade da pessoa humana, está completamente ignorada na legislação administrativa do estado".

COMISSÕES DE SINDICÂNCIA

O Dr. Bacellar também falou aos auditores fiscais sobre as comissões de sindicância e sobre o funcionamento adequado dos processos movidos no interior da administração pública. Conforme o advogado, o funcionamento desses mecanismos deve respeitar os pressupostos legais da presunção de inocência, do contraditório e do direito à ampla defesa.

"A constituição federal de 1988 mudou todo o estado de coisas. O artigo 5°, inciso 55, diz que aos litigantes e acusados em geral, em processo administrativo ou judicial, serão assegurados o princípio do contraditório e da ampla defesa, com todos os meios e recursos inerentes. O que fez a constituição? Equiparou o processo administrativo ao processo judicial quanto a esse núcleo comum de processualidade".

Esses princípios visam garantir que nenhuma pessoa seja acusada, em qualquer tipo de processo, sem que possa contar com todos os instrumentos para sua defesa. Para Bacellar, as comissões de sindicância devem apenas apurar a existência do fato irregular e verificar a autoria, remetendo a função de definir qualquer tipo de punição para os processos administrativos judiciais.

Para que seja garantido o princípio da impessoalidade, o advogado sugere que a administração pública deixe de definir as comissões de sindicância depois de configurado o ato questionado, passando a adotar o conceito das comissões permanentes de processo administrativos, eleitas no inicio de cada ano para lidar com as sindicâncias.

Procurador Geral do Estado fala sobre advocacia pública no encerramento

A palestra de encerramento do I Seminário do Fisco Paranaense, realizada na tarde do dia 29 de abril, abordou o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado e a relação dessa instância com a Secretaria de Estado da Fazenda. O procurador Geral do Estado, Ivan Lelis Bonilha, falou sobre os princípios técnicos e constitucionais que regem a atuação da advocacia pública no Paraná.

"Existe uma lista de princípios constitucionais vinculadores da atividade do gestor público que está na constituição, que são os princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

Sobre o princípio da eficiência, Bonilha destacou que todo o empreendimento e toda projeção feitos no interior da administração pública requerem um gasto considerável de tempo com o seu planejamento.

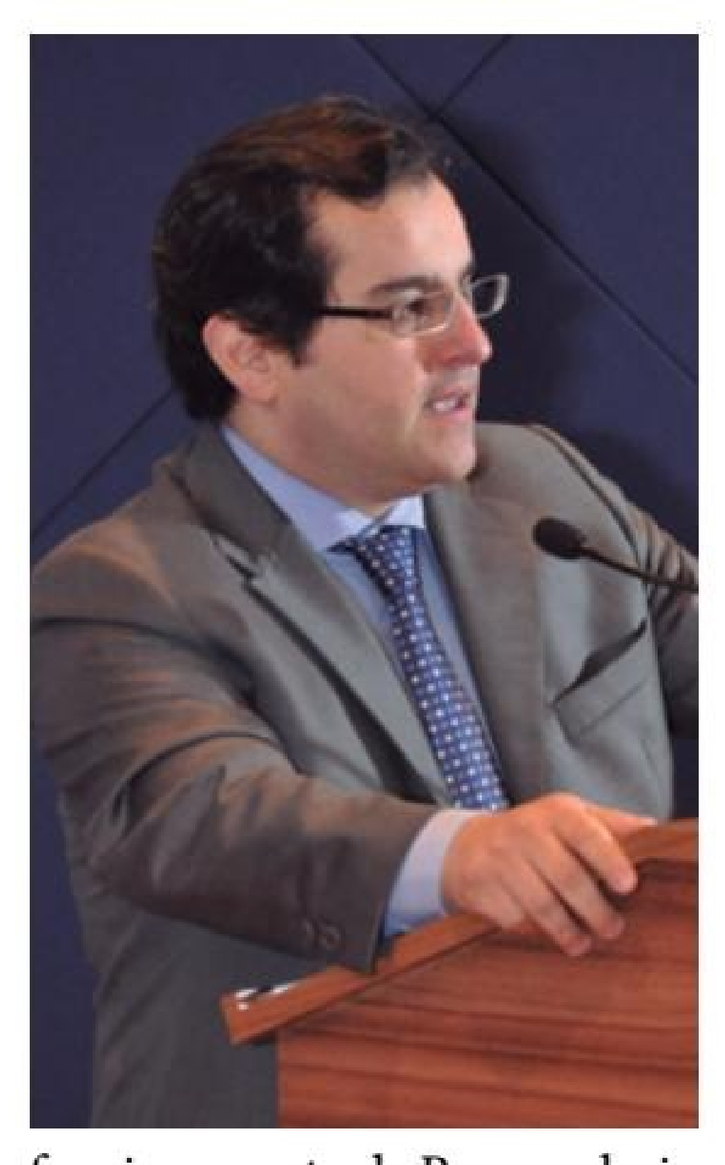
"Sou uma pessoa convencida, até pela minha origem, que é o tribunal de contas do estado, de que o planejamento não é um meio para se prevenir e se projetar, ou se calcular, cada uma das fases para determinado fim. O planejamento serve como aviso, como índice de previsibilidade do gestor. Eu acho inadmissível hoje, quando se busca a estabilidade econômica e se planeja o país para saber o que vai acontecer nos próximos anos, que a máquina pública fique entregue a um gestor que seja levado a tomar decisões de inopino", pontua.

Para Bonilha, os gestores devem prezar pelo regime de previsibilidade da administração pública, evitando tomar decisões inesperadas e sem consultar as equipes econômica

e jurídica. "Ainda que se deva retomar, parar ou reagir a determinados fluxos da administração, os gestores devem fazer isso de forma previsível, de forma a avisar, inclusive o planejamento financeiro, das decisões que vai tomar".

Durante sua palestra, o Procurador Geral do Estado defendeu que os cargos de direção da administração pública devem ser preenchidos, prioritariamente, por servidores concursados. "Esses se vinculam de modo permanente, de modo perene, à administração e isso os torna sempre mais cuidadosos e mais dedicados para traçar os caminhos da administração porque estão aqui numa trajetória de vida profissional e não para, às vezes, uma aventura de momento ou um projeto de simples projeção pessoal", argumentou.

AINDA QUE SE DEVA RETOMAR, PARAR OU REAGIR A DETERMINADOS FLUXOS DA ADMINISTRAÇÃO, OS GESTORES DEVEM FAZER ISSO DE FORMA PREVISÍVEL.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Bonilha também falou sobre o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado, destacando o importante papel de consultoria e assessoramento. "Tenho forte para mim que a parte principal de atuação de uma procuradoria Geral do Estado é o trabalho de consultoria, é o trabalho de tentar antever as dificuldades, de apresentá-las de forma clara para a decisão do administrador. De modo que para mim, o fortalecimento do trabalho de prevenção, do trabalho de planejamento é o fortalecimento e a certeza de que os projetos, as ações terão resultado e estarão cada vez mais próximos dos resultados inicialmente desejados e traçados".

Palestras

Palestra de abertura: A gestão e a qualidade do gasto público
Palestrante: Dr. Júlio Francisco Gregory Brunet
Coordenador da assessoria técnica do gabinete da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Rio Grande do Sul
Coordenador: Manoel Isidro
Relator: Nilce Costa de Oliveira Nascentes

Palestra: Perfil econômico e tributário do estado – panorama das políticas tributárias e influência na competitividade nacional e internacional do estado
Palestrante: Luiz Carlos Hauly
Secretário de Estado da Fazenda do Paraná
Coordenador: Agenor Carvalho Dias
Relator: Fernando Lenzi

Palestra: Reforma tributária e administração tributária
Palestrante: Rogério Macanhão
Diretor de Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da FENAFISCO
Coordenador: João Marcos de Souza
Relator: Carlos Brasil

Palestra: As políticas públicas e a competitividade do estado
Palestrante: Belmiro Valverde
Professor de Mestrado da FAE Business School, Professor Convidado da UP - Universidade Positivo - e do Isad da PUC-PR. Ex-secretário de Estado do Planejamento do Paraná e ex-secretário de Estado da Educação do Paraná
Coordenador: Fernades dos Santos
Relator: José Luiz Favoreto

Palestra: Contrato de gestão
Palestrante: Luiz Eduardo Sebastiani
Secretário de Estado da Administração e da Previdência do Paraná
Coordenador: Murillo Wallbach
Relator: Luiz Fernandes de Moraes Júnior

Palestra: Responsabilidade administrativa do agente público
Palestrante: Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho
Doutor em direito administrativo. Professor titular da cadeira de direito administrativo da UFPR e da PUC-PR
Coordenador: Roberto Piekarczyk
Relator: Clóvis Rogge

Palestra: Advocacia pública
Palestrante: Ivan Bonilha
Procurador Geral do Estado do Paraná
Coordenador: Laércio Lopes de Araújo
Relator: Reginaldo de França

Relatórios das palestras do I Seminário do Fisco Paranaense

Todas as mesas foram coordenadas e tiveram seu conteúdo relatado por auditores que compõem o fisco paranaense. O conteúdo desses relatórios pode ser acessado no site do SINDAFEP ou no site do I Seminário do Fisco Paranaense: www.sindafep.com.br/seminario2011

SINDAFEP

Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná

ESAT

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ